



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

Cenário Fiscal de Médio Prazo 2021 – 2023

Maputo, Agosto de 2020

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
I. INTRODUÇÃO.....	8
II. PERSPECTIVAS DA ECONOMIA INTERNACIONAL E NACIONAL.....	10
2.1. PERSPECTIVA DA ECONOMIA INTERNACIONAL	10
2.2. PERSPECTIVA DA ECONOMIA NACIONAL.....	15
2.2.1. Pressupostos Macroeconómicos.....	15
2.2.2. Emprego.....	24
2.2.3. Inflação	25
III. OBJECTIVO MACRO-FISCAL E AS MEDIDAS DE POLÍTICA	26
3.1. Objectivo Macro-Fiscal.....	26
3.2 Medidas De Política	27
3.2.1. Medidas De Política Tributária	28
3.2.2. Medidas na Despesa Pública	28
IV. PERSPECTIVAS DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	30
4.1. Projecção de Recursos	30
4.2. Projecção das Despesas	32
4.3. Equilíbrio Orçamental	33
V. AFECTAÇÃO DE RECURSOS	34
VI. DÍVIDA PÚBLICA.....	36
VII. RISCOS PARA O CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO 2021 – 2023	37
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crescimento Económico Mundial	11
Tabela 2: Cenários de Crescimento	17
Tabela 3: Taxa de Crescimento Sectorial.....	18
Tabela 4: Indicadores Fiscais	27
Tabela 5: Projecção dos Recursos	31
Tabela 6: Projecção das Despesas	32
Tabela 7: Mapa de Equilíbrio Orçamental.....	33
Tabela 8: Critérios de Afectação de Recursos	35
Tabela 9: Indicadores de Sustentabilidade.....	36
Tabela 10: Riscos Macro Fiscais e Medidas de Mitigação	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Previsão de Preços de Principais Mercadorias (em USD)	12
Gráfico 2: Previsão de Preços dos Principais produtos alimentares (em USD)	13
Gráfico 3: Taxa de Inflação Mundial.....	14
Gráfico 4: Estrutura Sectorial do PIB	21
Gráfico 5: Variação Anual do Volume das Exportações e Importações	22
Gráfico 6: Evolução das Exportações e Importações dos Grandes Projectos (USD milhões).....	22
Gráfico 7: Variação Anual do Volume do Consumo Final (Privado e Governo)	24
Gráfico 8: Variação de 12 meses do Índice de Preço ao Consumidor	25
Gráfico 9: Dívida Pública.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS

AGO	Apoio Geral ao Orçamento
BTs	Bilhetes de Tesouro
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
CN	Contas Nacionais
DEEF	Direcção de Estudos Económicos e Financeiros
DNPO	Direcção Nacional de Planificação e Orçamento
DNC	Direcção Nacional de Cooperação
DNT	Direcção Nacional do Tesouro
DSA	Análise de Sustentabilidade da Dívida
EGE's	Encargos Gerais do Estado
EMATUM	Empresa Moçambicana de Atum
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
EUA	Estados Unidos da América
FC	Fundos Comuns
FCA	Fundo de Compensação Autárquico
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FED	Reserva Federal dos Estados Unidos de América
FIIA	Fundo de Investimento de Iniciativa Autárquica
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICE	Imposto Sobre o Consumo Específico
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
IRPC	Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAM	Mozambique Asset Management
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MF	Mapa Fiscal
MT	Metical
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento do Estado

OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTs	Obrigações do Tesouro
PERPU	Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana
PES	Plano Económico e Social
PF	Política Fiscal
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Programa Integrado de Investimentos
Pp	Pontos Percentuais
PQG	Programa Quinquenal do Governo
QM	Quadro Macro
REO	Relatório de Execução Orçamental
RIL's	Reservas Internacionais Líquidas
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SAJ	Sectores de Administração Judicial
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
TIP	Tratamento Intermitente Presuntivo
Ton	Toneladas
USD	Dólar norte-americano
WEO	World Economic Outlook

RESOLUÇÃO
CONSELHO DE MINISTROS
RESOLUÇÃO Nº _____/2020
DE _____ DE _____

O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação e orçamentação trienal, através do qual são organizadas, analisadas, actualizadas e apresentadas as opções estratégicas com o enfoque para a materialização das grandes linhas do Programa Quinquenal do Governo (PQG).

Havendo necessidade de garantir que o processo de planificação e orçamentação nos anos de 2021 à 2023 tenha no Cenário Fiscal de Médio Prazo um instrumento orientador na afectação de recursos, ao abrigo do n.º 4, do artigo 209, da Constituição da República, determino:

Artigo 1: É aprovado o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2021 – 2023.

Artigo 2: Na elaboração do Orçamento do Estado (OE) de 2021 devem ser observados os limites globais estabelecidos no CFMP 2021 – 2023, salvo se houver alterações nos pressupostos macroeconómicos.

Artigo 3: Havendo mudanças conjunturais e estruturais durante o período do CFMP 2021 – 2023, este será revisto de modo a ajustar-se à nova realidade, e as alterações efectuadas deverão ser tomadas em consideração no Plano Económico e Social (PES) e no OE.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos de Agosto de 2020

Publique-se

O Primeiro-Ministro
Carlos Agostinho do Rosário

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O presente documento tem como objectivo apresentar o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2021 – 2023, que tem como base para a sua elaboração “o Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020 – 2024” e “os Planos Estratégicos Sectoriais”.
2. O CFMP 2021 – 2023 foi elaborado num ambiente de choques, quer internos como externos, com destaque para: (i) nível elevado de endividamento público; (ii) restrições no financiamento externo; (iii) queda dos preços das matérias-primas no mercado internacional e (iv) depreciação cambial face as principais moedas de transacção com o país (dólar, RAND) que se reflectiram na subida dos preços internos de bens e serviços. Deste modo, medidas combinadas de política monetária e fiscais, estão a ser implementadas com vista a garantir a estabilidade macroeconómica.
3. O CFMP 2021 – 2023 continuará a garantir o processo de consolidação fiscal, através da racionalização das Despesas Públicas, visando a melhoria e sustentabilidade das condições de financiamento do Estado, das famílias e das empresas.
4. No entanto, as incertezas no contexto macroeconómico a nível internacional e nacional, ligadas a propagação da COVID-19, a redução da procura global e dos preços das principais matérias-primas no mercado internacional, associada ainda, ao nível nacional, à instabilidade na ordem e tranquilidade pública nas zonas centro e norte do país, obrigam ao reforço de medidas implementadas pelo Governo para conter a propagação da Pandemia e medidas tendentes a garantir a paz e a Unidade Nacional.
5. As perspectivas de médio prazo assentam no restabelecimento da estabilidade macroeconómica, na recuperação gradual do crescimento da economia através da criação de condições para o aumento e diversificação da base produtiva (investimento público e privado) e contenção da taxa de inflação abaixo de dois dígitos.
6. O CFMP visa o ajustamento das opções estratégicas mais adequadas tendo em conta a conjuntura e aspectos estruturais, por forma a:
 - (i) Delinear o contexto económico em que o Orçamento do Estado (OE) para 2021 estará inserido;
 - (ii) Apresentar a Política Fiscal no contexto das perspectivas macro económicas; e

(iii) Propor a estrutura de afectação de recursos para os próximos 3 anos, com o objectivo de alavancar a economia nacional.

7. Antes da pandemia da COVID-19, a economia moçambicana estava num processo de recuperação do impacto dos ciclones tropicais *Idai e Kenneth*, que atingiu o país em 2019, tendo resultado num crescimento de 2.3%, significando uma redução de 1.5pp em relação ao crescimento inicialmente previsto para o mesmo ano que era de 3.8%.
8. Para o ano de 2020, as projecções indicam uma ligeira desaceleração de 1.5pp em relação ao ano de 2019 (2.3% para 0.8%) como consequência dos efeitos da COVID-19 na economia. No entanto, espera-se uma recuperação durante o período do CFMP (2021-2023).
9. A Economia Global enfrenta um ambiente de incertezas, desde o final de 2019, influenciado em grande parte pela Pandemia da COVID-19 e pelas tensões comerciais entre as grandes potências económicas. Contudo, perspectiva-se melhorias para 2021, impulsionado pelo crescimento da China e Índia com 8,2% e 6,0%, respectivamente.
10. A nível da *África Subsaariana*: as perspectivas variam, reflectindo a heterogeneidade das economias nesta região, associado a exposição aos choques climáticos, a dependência de *commodities* e o impacto da COVID-19. Neste sentido, para 2020 prevê-se uma contracção do crescimento económico, em cerca de 6.3pp, quando comparado com o crescimento de 3.1% apresentado em 2019.
11. Em relação ao preço das principais *commodities*, perspectiva-se uma queda para 2020 do Petróleo e Alumínio, em 42,0% e 11,8%, respectivamente, influenciada pela propagação da COVID-19, que resultou numa acentuada redução no consumo de combustíveis, paralisação de certas actividades económicas e das fábricas chinesas em Fevereiro (China representa cerca da metade do consumo global de metais importantes) e, posteriormente na Europa e nos Estados Unidos, a procura por metais reduziu significativamente. Dado ao refreamento da actividade económica a nível mundial, o preço da energia e de Índice de preço de metal sofreram uma redução substancial pela redução da actividade industrial global em 38% e 15% de 2019 para 2020, respectivamente.
12. A nível *Nacional*: o efeito combinado de (i) choques climatéricos; (ii) ataques na zona Centro e Norte e (iii) incertezas relativamente aos impactos da Covid-19, tem influenciado negativamente a dinâmica do crescimento da economia nacional. O impacto destes factores

pressionam a revisão em baixa do crescimento económico previsto para 2020, de 2,2% inicialmente previsto no OE e PES para um crescimento de 0,8%.

13. Para o período do CFMP 2021-2023, a Política Fiscal será conduzida com vista a reestabelecer a estabilidade macroeconómica e a recuperação gradual do crescimento económico (4.6% em 2023) e o saldo primário (0,6% em 2023).
14. As previsões de recursos a médio prazo apontam para uma tendência do crescimento da receita do Estado em 0,4% do PIB e uma redução da despesa total em 2,9% do PIB. Em relação as despesas correntes, as previsões apontam para uma redução de 0,3% do PIB e um aumento das despesas de investimento em 0.9% do PIB, no período de 2021 para 2023.
15. Neste contexto, o Governo envidará esforços no sentido de assegurar maior racionalização das despesas de funcionamento e maior foco dos investimentos públicos, em projectos produtivos de maior impacto económico e social.

I. INTRODUÇÃO

16. A economia de Moçambique nos últimos anos (2016-2020) tem estado sujeita a vários choques (internos e externos) que tem condicionado a actividade económica. Dentre eles: (i) a instabilidade militar; (ii) os choques climatéricos (secas, cheias, ciclones); (iii) volatilidade dos preços das *commodities* no mercado internacional e mais recentemente (iv) a eclosão da COVID-19 a nível mundial.
17. Como consequência, o país tem registado uma desaceleração do crescimento económico, tendo registado uma média de 3.3% no período de 2016 a 2020. Esta desaceleração reflectiu-se entre outros, redução da taxa de investimento público, na redução do volume das importações e exportações e na redução dos fluxos do Investimento Directo Estrangeiro (IDE).
18. O desempenho da economia em 2019 foi ligeiramente baixo quando comparado a 2018, tendo reduzido de 3,4% para 2,3%, como resultado da queda da produção da Agricultura (3,1% para 1,1%), Indústria de Extracção Mineira (10,7% para -3,7%), Transportes e Comunicações (5,1% para 4,2%), condicionada pelos choques climatéricos que se registaram no primeiro trimestre de 2019 (ciclones *Idai e Kenneth*, nas zonas Centro e Norte).
19. A economia moçambicana, a semelhança de outras economias ao nível mundial, sofreu um choque no início do ano (2020) devido a pandemia da COVID-19 que contrariaram as perspectivas de uma recuperação económica gradual para 2020. Este impacto vai se fazer sentir no desempenho da economia para o presente ano, com uma perspectiva de recuperação no médio prazo (2021-2023).
20. Deste modo, o crescimento real do PIB foi revisto em baixa devido a queda da produção em alguns sectores como indústria extractiva, turismo, indústria manufactureira, comércio e serviços. Estes factores aliados as incertezas ao nível das grandes economias mundiais, a queda nos preços internacionais das *commodities* devido aos impactos da COVID-19 conduziram a uma revisão da taxa de crescimento (de 2.2% para 0.8%). A revisão da taxa de crescimento terá implicações na arrecadação de receitas, em resultado da redução na actividade económica e na despesa pública (despesas imputáveis à luta anti-pandémica).

21. Esta situação aliada ao rápido crescimento da população (2,8%), vai exigir do governo a adopção de medidas em duas direcções: por um lado, medidas para conter a pandemia, salvando vidas e por outro, medidas que estimulem a economia, evitando desta forma uma contracção da economia e garantindo a manutenção dos níveis de emprego. Para tal, o governo vai prosseguir com uma gestão prudente da política macroeconómica e das finanças públicas com vista a assegurar a estabilidade macroeconómica.
22. A previsão das receitas e fixação dos limites da despesa pública através do CFMP, é um processo fundamental para a elaboração do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE). Este instrumento permite:
- a. Ter maior previsibilidade sobre os recursos e suas aplicações prioritárias nos diferentes programas do Governo;
 - b. Promover a disciplina fiscal e o garantir o equilíbrio macroeconómico;
 - c. Maior responsabilização das decisões e dos gestores pelos processos de planificação e orçamentação.
23. O CFMP 2021-2023 foi elaborado tendo como base os objectivos centrais do PQG 2020-2024, os Planos Estratégicos Sectoriais e tomou em consideração o novo modelo de Governança Descentralizada Provincial.
24. O presente documento está estruturado em seis (6) capítulos, nomeadamente: (i) Introdução; (ii) Perspectivas da Economia Internacional e Nacional; (iii) Objectivo Macro Fiscal e Medidas de Política; (iv) Perspectiva da Receita e Despesa; (v) Afectação de Recursos e (vi) Dívida Pública; (vii) Riscos para o CFMP 2021-2023.

II. PERSPECTIVAS DA ECONOMIA INTERNACIONAL E NACIONAL

2.1. PERSPECTIVA DA ECONOMIA INTERNACIONAL

25. A Economia Mundial apresenta-se sob um ambiente de incertezas, devido a Pandemia da COVID – 19, que tem causado altos custos financeiros e milhares de perdas humanas em todo o mundo e, afectado severamente a actividade económica. Segundo as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global poderá contrair-se acentuadamente (-4,9%) em 2020. Devido ao alto nível de incertezas na economia global, foram projectados dados dos indicadores económicos até 2021 (WEO de Junho).
26. A crise mundial de saúde causada pela COVID – 19 tem obrigado os países a adoptarem várias medidas, dentre elas o uso de máscaras, o distanciamento social, higiene sanitária, limitação de pessoas na realização de eventos, e o confinamento, para conter a propagação do vírus. Estas medidas de prevenção restringem a mobilidade em todo o mundo e paralisam os sectores de actividade económica tais como: Hotelaria e Restauração, Turismo, Transportes, Comércio e Serviços e Educação.
27. O WEO de Junho de 2020, estima que o crescimento global reduza em cerca de 1,9pp comparado com a previsão feita em Abril, situando-se em -4.9%, justificada pela contracção de parte das Economias Avançadas e das economias da África Sub-sahariana (África de Sul (-8.0%) e Nigéria (-5.4%).
28. Assumindo que esta pandemia se estanque no segundo semestre de 2020 e se estabeleçam políticas de recuperação, a economia global poderá crescer em cerca de 5,4% em 2021 à medida que a actividade económica se normalizar.

Tabela 1: Crescimento Económico Mundial

	2018	2019	2020	2021
Mundo	3.6	2.9	-4.9	5.4
Economias Avançadas	2.2	1.7	-8.0	4.8
EUA	2.9	2.3	-8.0	4.5
Japão	0.3	0.7	-5.8	2.4
Reino Unido	1.3	1.4	-10.2	6.3
Zona Euro	1.9	1.3	-10.2	6.0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4.5	3.7	-3.0	5.9
Rússia	2.5	1.3	-6.6	4.1
China	6.7	6.1	1.0	8.2
Índia	6.1	4.2	-4.5	6.0
Brasil	1.3	1.1	-9.1	3.6
África Subsariana	3.2	3.1	-3.2	3.4
Nigéria	1.9	2.2	-5.4	2.6
Angola	-1.2	-0.9	-4.0	3.6
África do Sul	0.8	0.2	-8.0	3.5
Eswatini	2.4	1.1	-3.5	1.4
Moçambique	3.4*	2.3*	1.6**	2.1**

Fonte: FMI, WEO, Update June, 2020

*INE

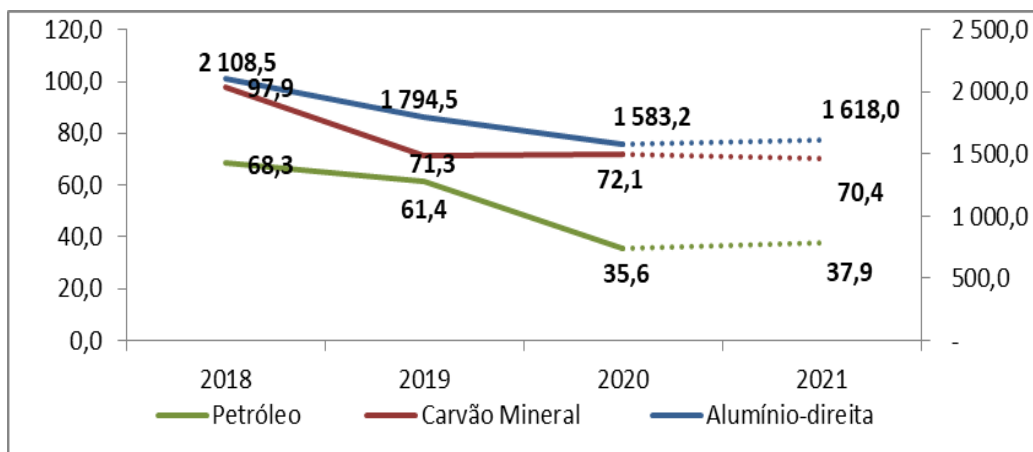
**Quadro Macroeconómico, MEF

29. As novas estimativas do WEO de Junho de 2020, apontam para uma contracção das Economias Avançadas em -8,0% em 2020, o correspondente a uma queda de 2pp, quando comparado com a projeção de Abril de 2020. As novas estimativas são resultantes, dentre outros factores, do impacto negativo da COVID-19.
30. Economias Emergentes e em Desenvolvimento enfrentam, um severo choque de demanda externa e uma queda nos preços das *commodities*, com um forte impacto nas suas exportações. No geral, estima-se que este grupo apresente uma taxa de crescimento económico menos baixa (-3,0%) que a dos outros grupos, influenciado em grande medida pelo crescimento da China com 1,0%.
31. Para 2021, prevê-se uma retoma da economia a nível mundial com as Economias Avançadas a crescerem em torno de 4,8%; As Economias Emergentes e em Desenvolvimento em 5,9% e a África Subsariana em 3,4%.

- **Tendência do Comércio Internacional e de Preços das Commodities**

Preços das *Commodities*

Gráfico 1: Previsão de Preços de Principais Mercadorias (em USD)



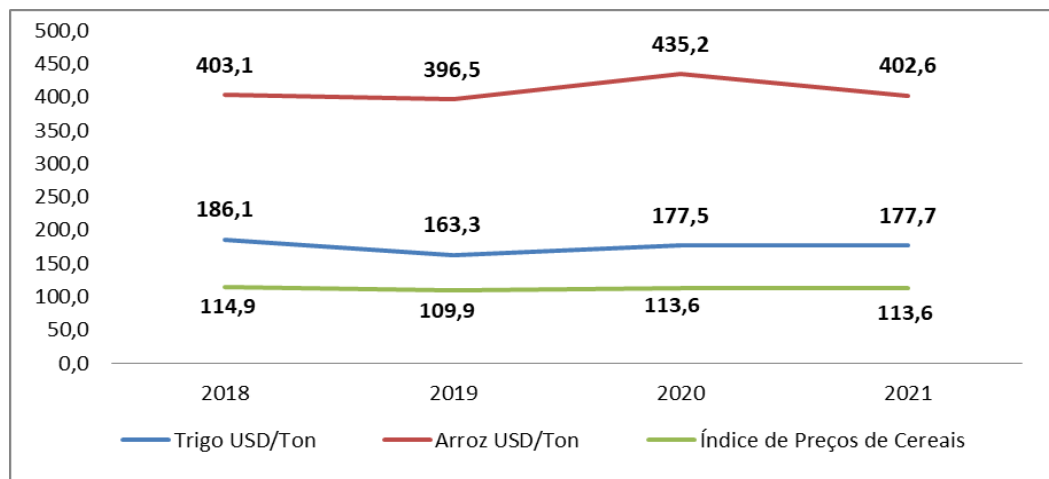
Fonte: FMI, WEO, Abril de 2020

32. Com a propagação da COVID – 19, os preços das *commodities* tem registado uma queda acentuada, revertendo a tendência ascendente que vinha se verificando. Desde então, os preços das principais *commodities* sofreram uma redução substancial provocada pela redução da actividade industrial global.
33. Prevê-se que o preço médio do petróleo por barril registre uma queda de 42% para 2020 quando comparado com o ano de 2019, como resultado da redução da actividade económica. Ainda assim, as perspectivas a médio prazo, mostram uma tendência de crescimento, ainda que ligeiro, em 6,4% para 2021 e 18,7% para 2022.
34. Diante da fraca procura do Petróleo marcando a pior queda de preço de um dia no mercado desde 1991, a OPEP¹ estima que as restrições internacionais e domésticas, e uma redução acentuada do tráfego rodoviário levem a um declínio sem precedentes na procura do petróleo em 2020, principalmente devido a um colapso no consumo de petróleo no segundo trimestre que poderá ser de cerca de 10 milhões de barris por dia (ou seja, cerca de 10% da produção diária de petróleo).
35. Em relação ao carvão mineral, apesar das estimativas para 2020 serem optimistas face a 2019, prevê-se uma queda de 2,4% para 2021, motivado pela interrupção na actividade industrial global. O preço do metal caiu 5,5pp entre Agosto de 2019 e Fevereiro de 2020, e

¹ Organização de Países Exportadores de Petróleo

9,1pp em Março de 2020. Com a paralisação das fábricas chinesas em Fevereiro (a China representa cerca da metade do consumo global de metais importantes) e, posteriormente na Europa e nos Estados Unidos, a procura por metais reduziu significativamente.

Gráfico 2: Previsão de Preços dos Principais produtos alimentares (em USD)



Fonte: FMI, WEO, Abril de 2020

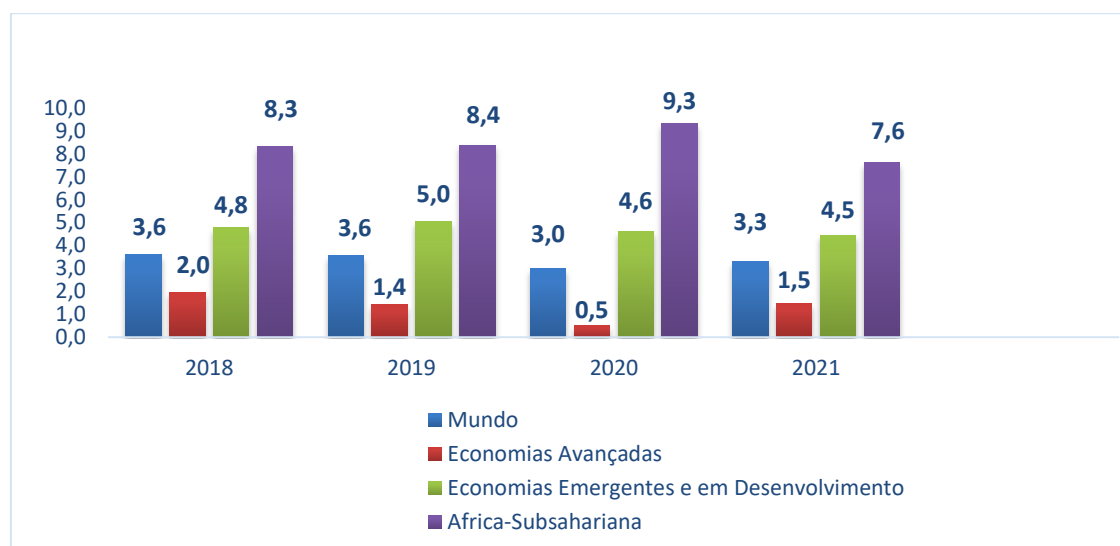
36. As previsões do FMI, indicam que os preços dos principais produtos alimentares poderão aumentar em 2020. Para o caso do trigo, que aumenta em 8,7%, é justificada pela baixa oferta e com isso uma elevação no custo dos derivados do trigo e no valor da sua comercialização.
37. Para o arroz, o preço aumenta em 9,8% em 2020, porém, a sua produção está condicionada às instabilidades climáticas e do mercado. Diante da COVID – 19, os consumidores passaram a adquirir volumes maiores, forçando a sua escassez. O índice de preços dos cereais apresenta uma tendência de estabilização dos preços ao longo do ano até 2021.

- **Inflação Mundial**

38. O gráfico abaixo mostra a inflação dos principais blocos económicos. Com a inflação mundial a registrar uma queda de 0,6pp em 2020, justificado pela queda dos preços das *commodities* com destaque para o Petróleo.
39. Para as economias avançadas e economias emergentes e em desenvolvimento espera-se uma inflação de 0,5% e 4,6%, respectivamente em 2020, quando comparado com 2019 que registaram 1,4% e 5,0%. Esta tendência é justificada pela queda dos preços das *commodities*, com destaque para o petróleo. E para 2021 estima-se uma inflação de 1,5% e 4,5%,

respectivamente para os dois blocos económicos, justificada pela retoma da actividade económica apesar, da ligeira queda para as Economias Emergentes e em Desenvolvimento.

Gráfico 3: Taxa de Inflação Mundial



Fonte: FMI, WEO, Abril de 2020

40. A África Subsahariana, apresenta um cenário diferente, mostrando um aumento da inflação de 9,3% para 2020, quando registou 8,4% em 2019, justificado pelo aumento do preço dos combustíveis na África do Sul e pela redução da disponibilidade de alimentos a nível global face aos choques climáticos em alguns países principais produtores de bens alimentares, afectando o custo do transporte e das matérias-primas. E para 2021, espera-se para este bloco uma redução para 7,6%, como consequência da recuperação da actividade económica.

2.2. PERSPECTIVA DA ECONOMIA NACIONAL

41. A economia moçambicana continua vulnerável às condições climatéricas adversas. O ano de 2019 foi afectado negativamente pela passagem dos ciclones Idai e Kenneth, afectando as zonas norte e centro do País, conjugado com a variação dos preços das *commodities* no mercado internacional, a instabilidade militar na zona Norte e Centro do País, o que resultou no abrandamento do crescimento económico de 3,4% em 2018 para 2,3% em 2019.
42. Para 2020, inicialmente previa-se uma recuperação do crescimento económico em torno de 4,0%, no entanto, devido a eclosão da COVID-19 e a sua propagação pelo Mundo, o crescimento inicialmente previsto foi revisto para 2,2% (OE e PES). Para o presente cenário, e em face dos últimos desenvolvimentos no âmbito do COVID-19 que afectam a dinâmica económica e social com impacto na Oferta e Procura foi feita uma revisão para 2020, e as novas projecções indicam uma taxa moderada de 0.8%.
43. Tendo em conta o impacto das medidas para fazer face ao COVID-19, combinado com o alto nível de incerteza ao nível mundial e os seus efeitos para a economia nacional, houve necessidade de se fazer a previsão para um cenário com crescimento negativo (-1.2%).

2.2.1. Pressupostos Macroeconómicos

44. Diante da conjuntura actual as perspectivas do crescimento para 2020 são bastante conservadoras, sobretudo ao se assumir que o efeito COVID-19 far-se-á sentir no IIº e IIIº Trimestre com maior incidência nos sectores com um peso significativo na estrutura da economia moçambicana. Deste modo, o CFMP 2021-2023 apresenta 3 cenários para o triénio, nomeadamente:

- **Cenário Base:** Espera-se um crescimento de 2.2% em 2020. Esta previsão foi assumida para OE 2020, com os seguintes pressupostos: (i) a propagação da pandemia a curto prazo; (ii) prolongamento dos choques climatéricos (ii) instabilidade militar nas zonas centro e norte; (iv) tempestividade dos desembolsos dos fundos para a reconstrução pós-ciclones.
- **Cenário Moderado:** neste cenário, prevê-se um crescimento de 0.8% em 2020, onde assume-se um efeito prolongado da COVID-19 a médio prazo no mundo com implicações directas para a economia nacional e outros desafios tais como: (i) redução

da procura global, devido ao menor consumo² e investimentos³ privados globais; (ii) redução da disponibilidade de bens importados do mercado internacional, (iii) Maior pressão cambial, num cenário de escassez de divisas devido a restrições no comércio internacional.

- **Cenário Pessimista:** assume-se uma contracção, em virtude de (i) alto nível de incerteza da duração da pandemia; (ii) reconfigurações globais das cadeias de fornecimento que afectam a produtividade à medida que as empresas tentam aumentarem sua resiliência; (iii) procura externa mais fraca, bem como as carências de financiamento. Assim sendo, prevê-se um crescimento negativo de 1.2%.

45. **Para o presente CFMP, assume-se o Cenário Moderado (0.8%),** reflectindo: (i) o impacto negativo na produção e no consumo das famílias, devido ao COVID-19; (ii) prolongamento dos choques climatéricos (iii) instabilidade militar nas zonas centro e norte.

² Em momentos difíceis as famílias não efectuam grandes despesas de consumo ou adiam-nas por recear falta de rendimentos no futuro próximo.

³ As empresas reduzem a procura por matérias-primas num contexto de elevadas incertezas no ambiente de negócio e reduzida oferta de mão-de-obra.

Tabela 2: Cenários de Crescimento

	2019*	2020**	2021**	2022**	2023**
	Real		>>Projeção<<		
Cenário Base					
PIB nominal (milhões de mt)	956 786	1 018 955	1 143 392	1 291 571	1 492 258
Crescimento real (%)	2,3	2,2	3,0	3,9	4,5
Inflação média anual (%)	2,8	6,6	5,6	5,6	5,6
Taxa de câmbio média anual (MT/USD)	62,5	66,6
Cenário Moderado					
PIB nominal (milhões de mt)	956 786	1 012 672	1 133 867	1 275 001	1 466 225
Crescimento real (%)	2,3	0,8	2,1	3,3	4,0
Inflação média anual (%)	2,8	4,5	4,8	5,0	5,5
Taxa de câmbio média anual (MT/USD)	62,5	66,6
Cenário Pessimista					
PIB nominal (milhões de mt)	956 786	872 210	964 049	1 004 782	1 114 298
Crescimento real (%)	2,3	-1,2	1,5	2,6	3,5
Inflação média anual (%)	2,8	4,0	4,5	5,5	6,0
Taxa de câmbio média anual (MT/USD)	62,5	66,6

Fonte: *INE

**Quadro Macroeconómico, MEF

2.2.1.1. Impacto do Lado da Oferta

46. A nível dos sectores, prevê-se que a redução na produção que se verificam nos principais centros do país, reduza a disponibilidade dos produtos, o que poderá comprometer a dinâmica da economia com implicações na arrecadação de receitas para financiar as despesas públicas. A tabela abaixo (tabela 3), apresenta a dinâmica dos sectores nos três cenários apresentados e a projecção para o período 2021-2023.

Tabela 3: Taxa de Crescimento Sectorial

	2018	2019	2020 (OE)	2020 Cen Mod	2020 Cen Pess	2021	2022	2023
Agricultura	3,1	1,1	1,8	3,0	3,0	4,0	4,5	5,0
Pescas	2,1	2,3	1,0	1,0	0,5	1,5	2,0	3,5
Ind. Extraç. Mineira	10,7	-3,7	1,5	-5,2	-8,3	1,5	2,0	4,0
Industria Transformadora	1,7	1,4	1,0	0,7	-1,0	1,6	2,5	3,5
Electricidade Gaz e Água	-2,8	-1,1	1,5	2,5	2,0	3,7	3,9	4,2
Construção	-1,0	2,2	3,0	2,3	1,5	3,0	3,2	3,5
Comércio e Serv. Reparação	1,1	0,0	0,5	0,5	-0,5	1,6	1,8	2,0
Hoteis e Restaurantes	3,8	1,0	0,0	-9,6	-12,0	1,0	2,0	3,0
Transportes, Arma. e Informação e	5,1	4,2	2,0	0,5	-1,0	2,5	3,7	4,8
Serviços Financeiros	5,8	4,0	2,0	0,8	0,5	1,3	4,0	5,0
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	4,3	4,5	3,5	3,0	2,5	3,2	3,5	4,0
Administração Publica	1,7	4,1	2,0	-1,0	-1,2	1,3	3,9	4,5
Educação	0,8	0,9	0,8	-1,0	-1,5	1,2	2,5	3,5
Saúde e Acção Social	1,5	4,1	2,0	4,5	4,3	5,0	5,5	5,8
Outros Serviços	3,3	3,3	3,5	3,0	2,5	3,3	3,5	3,5
PIB Real	3,4	2,3	2,2	0,8	-1,2	2,1	3,3	4,0

Fonte: *INE

**Quadro Macroeconómico, MEF

47. Apesar do fraco desempenho na maioria dos sectores em 2020, devido a eclosão da COVID-19, a médio prazo os sectores mostram uma recuperação gradual. Em termos da produção sectorial, os factores que irão sustentar o crescimento económico no **cenário moderado (0.8%)** são os seguintes:

48. **Agricultura:** Espera-se um crescimento de 3.0% em 2020, e uma recuperação gradual para o triénio, justificado pela recuperação dos campos agrícolas face à reconstrução pós-ciclones, aumento do consumo de produtos domésticos (efeito-substituição), esforços do Governo em dinamizar a agricultura, e assistência crescente aos produtores, o que culminará com incrementos na produção de cereais.

49. **Pescas:** espera-se um crescimento de 1.0% no cenário moderado. Assume-se uma redução da produção, devido a propagação da COVID-19, e aos ataques na zona norte e centro. Por outro lado, os produtores enfrentam dificuldades em encontrar um mercado seguro para vender as suas capturas no actual contexto que se vive a nível internacional e no país, o que desincentivam os pescadores de exercer as suas actividades. No entanto, para o triénio, prevê-se uma recuperação gradual, tendo em conta a normalização da actividade económica.

50. **Indústria Extractiva:** estima-se que este sector seja um dos mais afectados pelos efeitos da COVID-19, devido a redução da procura e a queda dos preços no mercado internacional, podendo o efeito ser agravado pela crise energética na África do Sul e manutenção da linha de produção da VALE. No entanto, prevê-se um crescimento de -5.2% em relação ao real de 2019, que será impulsionada pela extracção das areias pesadas e outros minérios a ser justificado pelo aumento da utilização da capacidade instalada para extracção de pedras preciosas e semi-preciosas. E para o triénio, estima-se uma recuperação gradual como resultado da introdução da mineração selectiva de alta qualidade e baixa incidência que a mineradora em exercício está a efectuar, de modo a cumprir com os padrões internacionais.
51. **Indústria Transformadora:** as estimativas no cenário moderado apontam para um crescimento de 0.7% para 2020, determinado pela contribuição positiva das áreas de indústria alimentar, fabrico de artigos têxteis e indústria do cimento.
52. **Electricidade, Gás e Água:** em 2020, a produção de energia eléctrica irá registar um ligeiro crescimento em 2,5%. Este nível de crescimento será impulsionado pela produção de energia eléctrica, estimando-se um crescimento em 2.0% quando comparada a 2019 e pelo investimento a ser realizado para fazer face aos efeitos destrutivos dos ciclones IDAI e Kenneth, em 2019. Quanto a distribuição houve reposição dos consumidores que haviam ficado afectados pelo IDAI e entrada de novos consumidores na cadeia de distribuição em 2020. Para o triénio, espera-se uma recuperação como resultado da entrada em funcionamento da Central Solar de Mocuba (40MW), a primeira do género em Moçambique.
53. **Comércio e serviços de Reparação:** este sector será negativamente afectado pela COVID-19 em 2020, devido: (i) a contracção das principais economias (China, África de Sul, EUA); (ii) redução das mercadorias importadas devido a ligeira depreciação do metical face ao dólar norte-americano e a consequente queda da procura; e (iii) abrandamento dos sectores correlacionados. No entanto prevê-se uma recuperação no triénio, tendo em conta a normalização da maioria dos sectores após COVID-19.
54. **Hotéis e restaurantes:** este sector é o que mais poderá sofrer com o impacto da COVID-19, apresentando uma tendência de desaceleração, quando comparada com o realizado de 2019 (1.0% para -9.6%), especialmente devido a dificuldade de movimentação condicionada de pessoas e/ou turistas. Este sector classifica todas actividades correspondentes ao alojamento de curta duração e engloba, quer as unidades hoteleiras, quer outros locais de curta duração e os restaurantes propriamente ditos. Face ao COVID-19 a entrada de

viajantes no País vai reduzir significativamente, impactando também nos postos de trabalho do sector. E para o triénio, a retoma da normalidade da vida das pessoas vai trazer uma recuperação, e até 2023 poderá alcançar um crescimento de 3,0%.

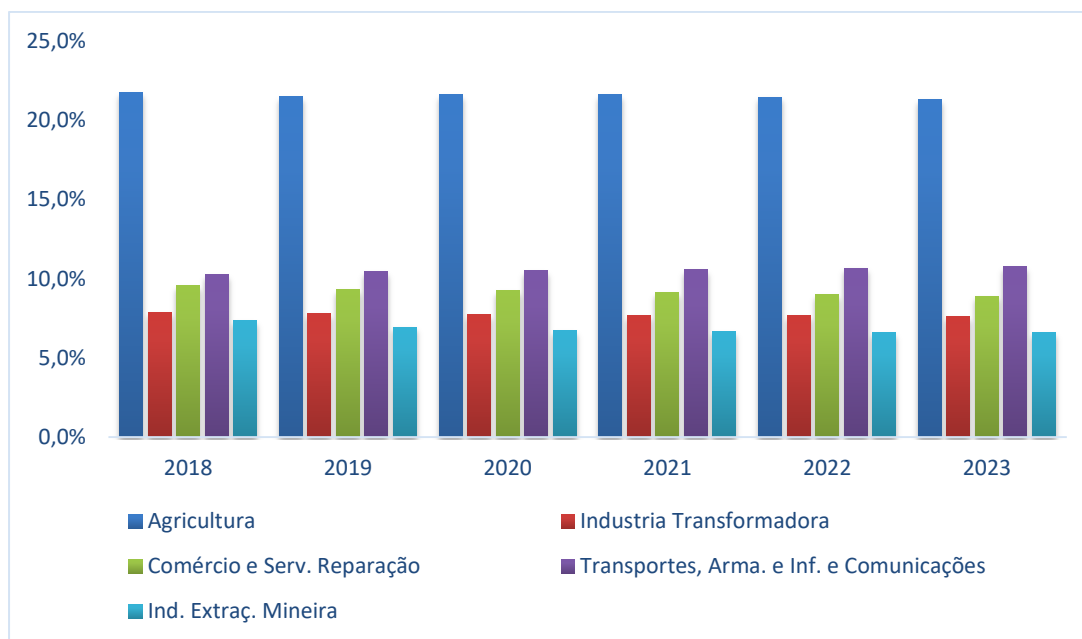
55. Transportes e Comunicações: este sector irá registar uma desaceleração projectando-se uma crescimento na ordem de 0.5% em 2020, em parte devido ao fraco desempenho do transporte aéreo e o de passageiros, incluindo o transporte de carga, sobretudo o rodoviário que será severamente afectada, devido as medidas impostas pelo governo no estado de emergência, que limita a entrada e saída de pessoas do território nacional, e a circulação interna. No entanto, o sector de comunicações terá um desempenho positivo O aumento dos serviços das comunicações aliado à oferta de novos e modernos pacotes de serviços (internet, dados e voz) correspondida pela procura do público utente também é um factor que irá contribuir consideravelmente para o crescimento do sector de transportes e comunicações.

56. Educação: prevê-se um ligeiro decréscimo de 0,8% em 2019 para -1.0% em 2020, devidas as incertezas do prolongamento da mudança de funcionalidade das aulas (do ensino presencial para online) desde o ensino pré-escolar até ao ensino universitário, o que se traduz na redução do volume de negócios (sector privado). Para o triénio prevê-se uma recuperação, que atinja 3,5% em 2023.

57. Saúde e Acção Social: este sector terá um crescimento de 4.5% em 2020, devido aos investimentos na área da saúde no âmbito do COVID-19 e sobretudo pelo incremento do número de beneficiários dos programas de protecção social (crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres chefes de agregado familiar).

58. Dos sectores que mais contribuem para o crescimento do PIB, destaca-se a Agricultura, dado o seu peso na estrutura do PIB em torno de 22%, como se pode verificar no gráfico abaixo, o que alimenta expectativas de que um provável crescimento deste sector, poderá minorar os impactos negativos da COVID-19.

Gráfico 4: Estrutura Sectorial do PIB



Fonte: Histórico, INE

Projeção: Quadro Macroeconómico, MEF

2.2.1.2. Impacto do lado da Procura

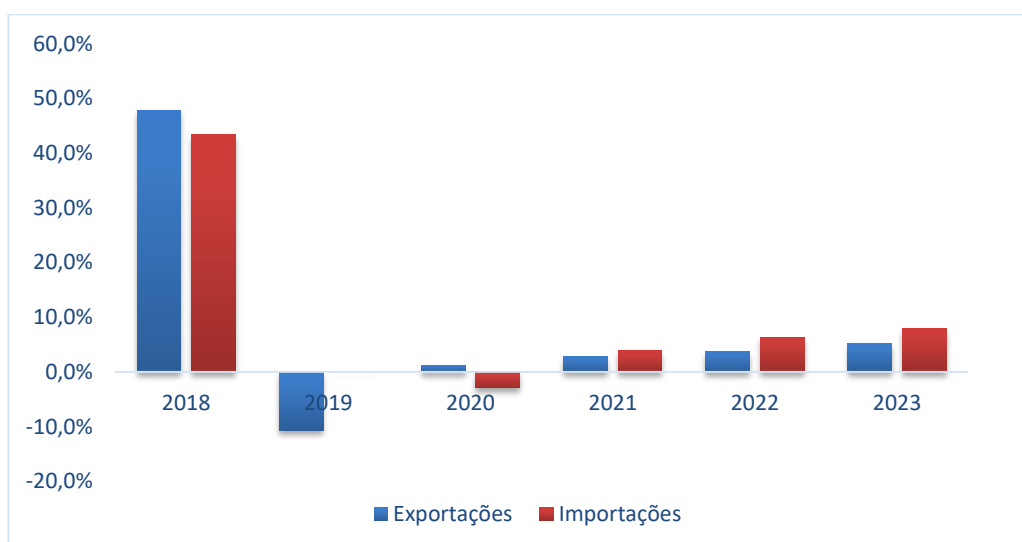
59. A redução da procura global e conseqüente queda dos preços das *commodities* no mercado internacional poderá, por um lado, reduzir o volume de receitas de exportação, isto é, preços mais baixos do carvão, gás natural e alumínio concorrendo para a deterioração da conta corrente. Refira-se que as exportações dos Grandes Projectos (carvão, gás natural, energia eléctrica e alumínio) representam por volta de 75% das exportações globais, e um peso médio anual de 65% nos últimos oito anos.⁴

60. Após, um crescimento considerável das exportações em 2018 que atingiu cerca de 47,9%, em 2019 houve um decréscimo em -10,7% em termos de Volume das Exportações, que resultou do efeito combinado: (i) da queda dos principais preços no mercado internacional e (ii) do impacto negativo dos ciclones *Idai* e *Kenneth* sobre a produção alguns produtos de exportação (rubis, minerais, areias pesadas e carvão). No caso do alumínio, os níveis de produção e conseqüente exportação foram condicionados pelas restrições no fornecimento de energia eléctrica.

⁴Desde a eclosão do vírus, os preços das principais mercadorias de exportação de Moçambique registaram perdas acumuladas na ordem de 19,5% para o Carvão Térmico, 8,2% para Alumínio, 13,4% para Açúcar, 15,9% para o Gás e 13,5% para o Algodão.

61. Para 2020 prevê-se que o volume das exportações não cresça tanto quanto era expectável, (variação positiva em 1,2%), devido as restrições comerciais no âmbito da COVID-19, dos Principais Destinos das Exportações (Índia (27,6%), Países Baixos (22,2%), África do Sul (17,2%), China (5,8%) e Itália (1,4%)) que geram preocupações com segurança alimentar nas regiões afectadas pela COVID-19.
62. Para 2020, espera-se uma queda do volume das importações para -2,9%, devido ao *lockdown* nas principais origens das Importações (África do Sul em 26,1% e China em 11,7%), que condicionou a baixa procura por equipamentos utilizados na produção de bens ou serviços, tais como: (i) equipamentos de tecnologia e infra-estruturas, (ii) maquinarias, (iii) cimento e outros equipamentos.
63. Considerando uma conjuntura económica favorável para o triénio 2021-2023, estima-se o aumento na produção de bens e serviços e por resultado a recuperação gradual tanto das exportações (5,1% até 2023) bem como das importações (7,9% até 2023), devido aos investimentos do gás que irão demandar muitos equipamentos e maquinarias. No entanto, espera-se que o volume de importação de mercadorias cresça a uma taxa mais rápida do que a exportação de mercadorias, impulsionada pela demanda doméstica, levando a um aumento constante.

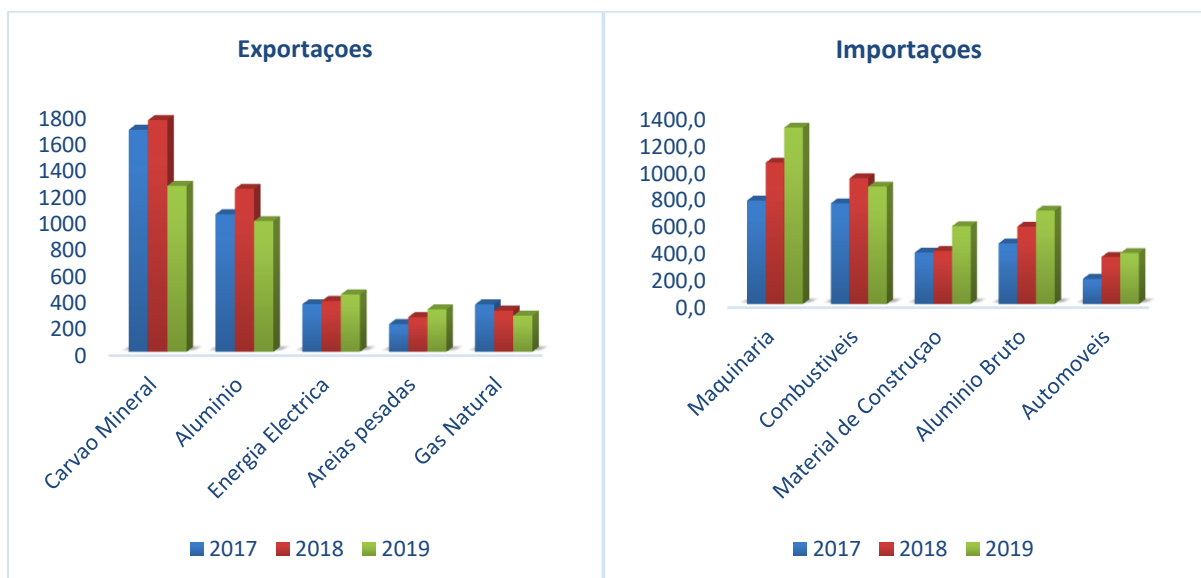
Gráfico 5: Variação Anual do Volume das Exportações e Importações



Fonte: INE,

Projeção: Quadro Macroeconómico, MEF

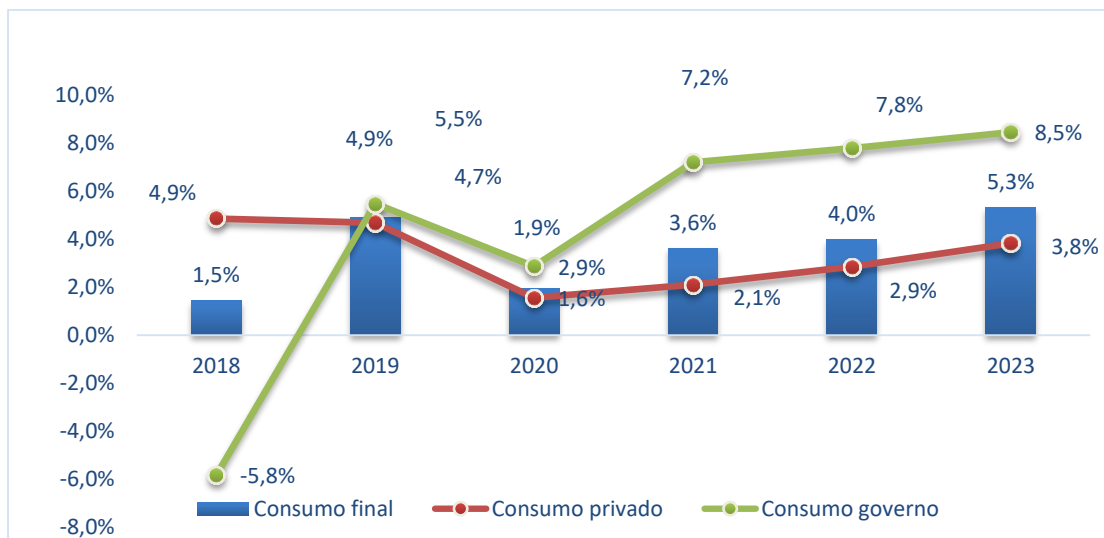
Gráfico 6: Evolução das Exportações e Importações dos Grandes Projectos (USD milhões)



64. No que diz respeito ao consumo privado, este irá apresentar uma retracção (de 4,7% para 1,6%) em termos de variação do volume do consumo final em 2020 conforme o (gráfico 7). As despesas de consumo final das famílias em bens e serviços tende a reduzir influenciado pelos impactos económicos da pandemia da COVID-19 associado ao desemprego e a queda de renda, que afectou duramente o orçamento das famílias, impactando sobre o consumo. No entanto, a médio prazo as projecções indicam uma recuperação do consumo privado.

65. Entretanto, apesar do efeito compensatório na procura de bens e serviços no sector da saúde, a variação do consumo do governo irá retrair (5,5% para 2,9%) por conta dos sectores da administração pública Educação, Obras Públicas, que irão apresentar um baixo consumo em 2020. Não obstante o congelamento no ajuste do salário mínimo na função pública aliado aos efeitos cambiais e inflacionários, gerando uma queda no consumo do final para o ano de 2020.

Gráfico 7: Variação Anual do Volume do Consumo Final (Privado e Governo)



Fonte: Quadro Macroeconómico, MEF

66. Espera-se que o crescimento do consumo privado para cada ano do período 2021-2023 permaneça acima da média dos últimos 5 anos, este facto é suportado pelo crescimento da população, manutenção das taxas de juros, consumo de serviços e maiores rendimentos agrícolas. O pacote de rendimentos familiares também fornece um impulso ao consumo das famílias, assumindo-se que os agregados familiares gastam a maior parte do aumento das suas receitas em bens e serviços.

67. Essas previsões assumem que as famílias continuarão com um comportamento relativamente cauteloso nos próximos anos, mantendo as taxas de dissuasão razoavelmente próximas de zero, com o crescimento do consumo em grande parte acompanhado pelo crescimento da renda.

2.2.2. Emprego

68. A taxa de desemprego segundo dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2014/2015, situava-se em 21.7%, no entanto, derivado da actual conjuntura (COVID-19), dados do MITSS revelam a ocorrência de suspensões de contratos e despedimentos como resultado do encerramento de algumas empresas a nível nacional. Assim, até finais do II Trimestre, cerca de 1.399 empresas submeteram comunicações ao MITSS abrangendo 42.402 trabalhadores, dos quais 2.752 perderam os seus postos de trabalho.

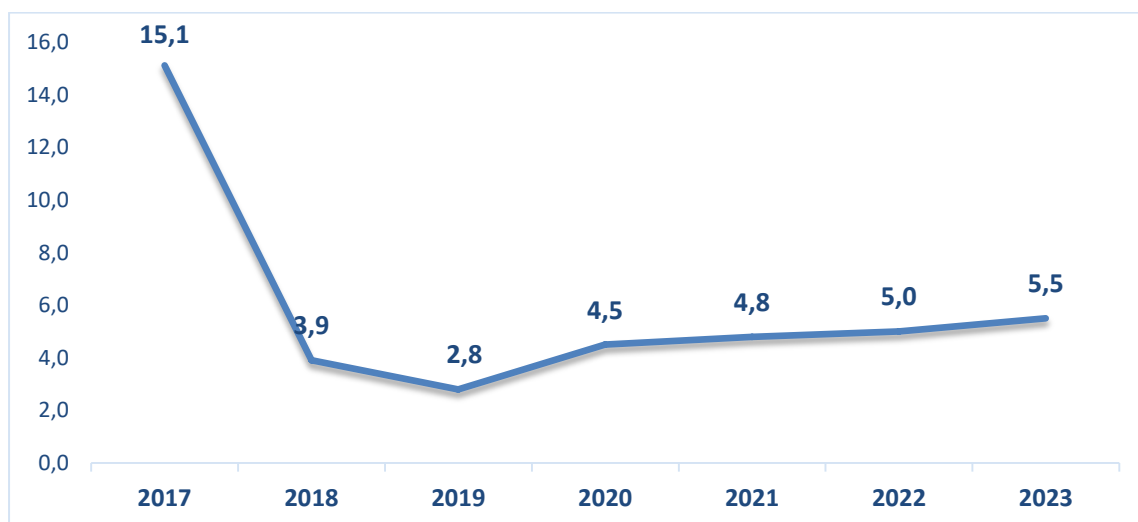
2.2.3. Inflação

69. A inflação média anual dos últimos dois anos tem mostrado uma evolução e dentro do objectivo do governo (de um dígito). Com vista a contribuir para a estabilidade macroeconómica, prevê-se prosseguir com medidas para garantir que a taxa de inflação média anual continue a um dígito.

70. Para o ano de 2020 e para o triénio, a taxa de inflação manter-se-á na banda de um dígito, reflectindo essencialmente:

- Intensa queda na procura interna e perspectiva de que a mesma recupere de forma lenta nos próximos anos;
- Medidas fiscais e administrativas com impacto na redução de preços;
- Baixo nível de produção e consequente fraca disponibilidade de bens, devido à dificuldade de importação de matérias-primas;
- Revisão em baixa das projecções de preços no mercado internacional.

Gráfico 8: Variação de 12 meses do Índice de Preço ao Consumidor



Fonte: Quadro Macroeconómico, MEF

III. OBJECTIVO MACRO-FISCAL E AS MEDIDAS DE POLÍTICA

3.1. Objectivo Macro-Fiscal

71. O objectivo de médio prazo, continua assente no restabelecimento da estabilidade macroeconómica, na recuperação gradual do crescimento da economia através da criação de condições para o aumento constante e diversificado da base produtiva (investimento público e privado), com maior abertura do crédito para a economia, e contenção da taxa de inflação abaixo de dois dígitos.
72. Neste sentido, o Governo continuará a priorizar os recursos para a provisão de serviços básicos da população, sobretudo a camada mais vulnerável e para os sectores catalisadores da economia nacional (Agricultura, Industria, Transportes e comunicação, Turismo, Pesca e outros).
73. Para o efeito, o Governo, no âmbito da gestão macroeconómica, continuará a assegurar a alocação de recursos com vista a atingir objectivos macroeconómicos fundamentais, tais como, **o incremento do nível de emprego, a estabilização do nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos, bem como manter o ritmo do crescimento económico.**
74. Pretende-se neste período do CFMP (2021-2023) orientar a Política Fiscal no sentido de continuar a aprofundar a consolidação fiscal, por forma a alcançar a sustentabilidade orçamental bem como da gestão da Dívida Pública e um maior controlo dos riscos fiscais, através da monitoria dos principais indicadores fiscais, apresentados na tabela abaixo.

Tabela 4: Indicadores Fiscais

Agregados Fiscais	2019 *	2020	2021	2022	2023
	CGE	LEI			
PIB Nominal	956,786.00	1,018,955.00	1,133,867.05	1,275,000.61	1,466,224.65
			Projeção (Em % do PIB)		
Receitas do Estado	23.0	23.1	23.1	23.4	23.5
Despesas Totais (Incl. Oper. Finan.)	32.2	33.9	30.5	31.5	31.0
<i>dq. Salários & Remunerações</i>	11.2	11.7	11.5	11.0	10.8
<i>dq. Encargos da Dívida (juros)</i>	3.1	3.7	3.2	3.2	2.9
Saldo antes de Donativos	-0.5	-5.3	-3.4	-4.4	-4.2
Saldo Global Após Donativos	0.5	-2.3	-1.4	-2.4	-2.3
Saldo Primário	3.5	1.4	1.8	0.8	0.6
Dívida Pública	108.4	113.7	113.1	106.2	101.1
Crédito Líquido ao Governo (CLG)/PIB	-2.4	1.2	0.9	0.5	0.3
Fonte: Mapa Fiscal, 2019/2020 e Projeções do CFMP 2021 - 2023					
* Sem mais valia					

75. Como resultado do princípio da Consolidação Fiscal, espera-se que os salários e remunerações em % do PIB, mostrem uma tendência decrescente no triénio 2021-2023 em 0.7pp.

76. As receitas contribuirão para melhorar a posição fiscal, particularmente em termos de reformas de políticas e administração tributária, para uma maior e eficaz mobilização de receitas internas. O saldo primário apesar de mostrar uma tendência decrescente no médio prazo, continuará positivo, situando-se em torno de 0,6% do PIB até 2023.

77. No âmbito da Política Monetária, privilegiar-se-á uma política prudente, que tem como objectivo a estabilidade do nível geral de preços, a estabilidade cambial e a estabilidade do sistema financeiro.

78. A nível do **Mercado Cambial**, as intervenções tomarão em conta a necessidade de disponibilizar liquidez em moeda estrangeira para apoiar a importação, e redução da volatilidade da taxa de câmbio.

3.2 Medidas De Política

O Governo continuará a envidar esforços para continuar com a regra de consolidação fiscal.

Para o presente exercício do CFMP 2021-2023 destacam-se as seguintes medidas:

3.2.1. Medidas De Política Tributária

79. No âmbito da política tributária, as acções plasmadas para 2020, têm em vista dar seguimento ao alargamento da base tributária através de um conjunto de reformas que irão permitir o aprimoramento e modernização dos processos de arrecadação das receitas, fazendo se reflectir durante o triénio (2021-2023).

Para o efeito, estão previstas como principais medidas, as seguintes:

- a. Reformas legislativas para flexibilizar cada vez mais o processo de arrecadação de receitas e acomodar os desafios da era digital
- b. Melhoria do controlo do trânsito aduaneiro através da implementação do projecto de rastreamento e controlo da mercadoria em trânsito no território nacional;
- c. Modernização tecnológica de forma a consolidar os passos iniciados no sentido de aumentar a disponibilidade dos sistemas de cobrança de receitas e manutenção do centro de dados da Autoridade Tributária (AT); e
- d. Intensificação da fiscalização à facturação e à selagem de bebidas alcoólicas e tabaco manufacturado.

3.2.2. Medidas na Despesa Pública

80. A nível da despesa pública, a prioridade durante o período do cenário continuará a ser a de garantir a contenção da Despesa Pública em todas as rubricas, com destaque para as rubricas de despesas com pessoal, por forma a prosseguir com os mecanismos que visam a melhoria da sua gestão e redução dos rácios actuais. Por conseguinte, está prevista a criação de instrumentos para a melhoria da gestão da dívida pública, das empresas públicas e do fundo de pensões.

Das medidas previstas, do lado da despesa pública, destacam-se as seguintes:

- a. Prosseguimento da contenção da rubrica de Salários e Remunerações, racionalizando o número de admissões, com um enfoque estratégico para os sectores da saúde, educação e agricultura (extensionistas);
- b. Racionalização das Despesas com Bens e Serviços, evitando a acumulação dos atrasados;

- c. Garantir a continuidade de projectos de investimento já iniciados, restringindo os projectos de apoio institucional, dando maior enfoque as despesas ao investimento que impulse o crescimento económico e a criação de emprego;
- d. Salvaguarda da sustentabilidade da dívida pública, através da materialização do Decreto N°77/2017 de 28 de Dezembro, que aprova os procedimentos relativos à emissão e gestão da dívida pública e das garantias pelo Estado;
- e. Elaboração e implementação da matriz de riscos das Empresas do Estado;
- f. Conclusão do processo de actualização dos instrumentos de governação corporativa nas empresas Públicas e Participadas pelo Estado (Estatutos e Modelos de Governação).

IV. PERSPECTIVAS DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

81. As perspectivas das receitas e das despesas tomaram em consideração alguns pressupostos macroeconómicos, como, a taxa de crescimento anual e a inflação. Neste sentido, o CFMP 2021-2023 assume as receitas e despesas em função destes pressupostos para determinar os recursos disponíveis para cada ano. E em função da Conjuntura Internacional, os pressupostos podem ser revistos, e por esta via surge a necessidade de actualizar as projecções, e com isso a disponibilidade de recursos pode variar a médio prazo.

4.1. Projecção de Recursos

82. A tabela abaixo, mostra o total de Recursos que a economia dispõe para a realização das Despesas Públicas para o triénio 2021-2023. Estima-se que para 2020, as Receitas Fiscais sofrerão uma redução de 0,2pp do PIB, como reflexo, do impacto da COVID-19, sendo que a médio prazo, prevê-se uma recuperação das Receitas totais do Estado a partir de 2021, com um crescimento de 0.1pp.

83. As Receitas do Estado vão crescer em cerca de 0.5 Pp, ficando em cerca de 23.5% PIB em 2023, impulsionado pela continuidade de reformas fiscais e melhoria dos procedimentos de cobrança de receitas, como a fiscalização da selagem de bebidas e tabaco manufacturado, bem como de mercadorias nos estabelecimentos comerciais, que influenciará numa maior arrecadação dos grandes impostos (IVA, IRPC, IRPS, ICE, Imposto sobre a produção de minas e petróleo).

Tabela 5: Projecção dos Recursos

Em Milhões de Metcais	2019 *	2020	2021	2022	2023	2019	2020	2021	2022	2023
	CGE	LEI	Projecção			CGE	LEI	Projecção (em % PIB)		
1. Receitas fiscais	185 484,8	193 499,7	214 551,1	246 350,3	288 453,2	19,2	19,0	18,9	19,3	19,7
Impostos sobre Rendimentos	90 132,1	96 027,9	104 869,4	116 762,8	138 984,3	9,3	9,4	9,2	9,2	9,5
IRPS	37 327,2	38 128,4	41 497,9	45 481,5	55 625,7	3,9	3,7	3,7	3,6	3,8
IRPC	52 433,7	57 213,6	62 682,2	70 519,5	82 521,6	5,4	5,6	5,5	5,5	5,6
Impostos sobre Bens e Serviços	88 554,4	89 630,7	100 824,1	117 493,3	135 968,9	9,2	8,8	8,9	9,2	9,3
Imposto s/ Valor Acrescentado	61 615,5	61 068,3	68 884,1	82 090,7	95 944,5	6,4	6,0	6,1	6,4	6,5
2. Receitas não fiscais	2 366,0	6 103,6	6 902,7	7 732,3	8 232,9	0,2	0,6	0,6	0,6	0,6
3. Receitas consignadas	18 776,5	17 168,5	20 691,3	22 345,5	23 650,0	1,9	1,7	1,8	1,8	1,6
4. Receitas Próprias	7 981,1	8 374,7	10 255,9	11 614,6	13 178,1	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9
5. Receitas de Capital	7 631,6	10 443,5	9 900,0	10 654,9	11 380,5	0,8	1,0	0,9	0,8	0,8
6. Total Receitas Correntes (1+2+3+4)	214 608,3	225 146,5	252 401,0	288 042,7	333 514,3	22,2	22,1	22,3	22,6	22,7
7. Total Receita do Estado (5+6)	222 239,9	235 590,0	262 301,0	298 697,6	344 894,8	23,0	23,1	23,1	23,4	23,5
8. Credito Interno	28 545,8	28 510,8	28 498,0	27 128,8	24 667,4	3,0	2,8	2,5	2,1	1,7
9. Saldos Transitados de Mais-Valias	5 274,0	14 274,4	0,0	0,0	0,0	0,5	1,4	0,0	0,0	0,0
10. Total Recursos Internos (7+8+9)	256 059,7	278 375,2	290 799,0	325 826,4	369 562,2	26,5	27,3	25,6	25,6	25,2
11. Donativos Externos	9 327,9	31 033,7	22 575,8	24 738,1	26 883,7	1,0	3,0	2,0	1,9	1,8
12. Crédito Externo	36 891,4	35 973,4	32 311,5	51 004,0	57 649,7	3,8	3,5	2,8	4,0	3,9
13. Total Recursos Externos (11+12)	46 219,3	67 007,1	54 887,3	75 742,0	84 533,4	4,8	6,6	4,8	5,9	5,8
14. Total de Recursos (10+13)	302 279,0	345 382,3	345 686,2	401 568,4	454 095,5	31,3	33,9	30,5	31,5	31,0

Fonte: Mapa Fiscal 2021-2023
* Sem mais valia

4.2. Projecção das Despesas

84. A tabela abaixo apresenta as Despesas Públicas do OE 2020 e a sua projecção no médio prazo (2021-2023).

Tabela 6: Projecção das Despesas

Em Milhões de Meticais	2019*	2020	2021	2022	2023	2019	2020	2021	2022	2023
	CGE	LEI	Projecção			CGE	LEI	Projecção (em % do PIB)		
1. Despesa com Pessoal	112 838,1	124 085,0	135 121,2	144 830,7	164 217,7	11,7	12,2	11,9	11,4	11,2
Salários e Remunerações	108 417,6	118 961,2	130 394,7	139 769,2	158 753,6	11,2	11,7	11,5	11,0	10,8
Outras Despesas com Pessoal	4 420,5	5 123,8	4 726,4	5 061,5	5 464,1	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4
Contribuição Social	0,0	0,0				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2. Bens e Serviços	25 734,9	34 588,3	25 734,9	36 975,0	42 520,5	2,7	3,4	2,3	2,9	2,9
3. Encargos da Dívida (juros)	29 703,3	37 323,0	36 114,8	41 232,5	42 604,0	3,1	3,7	3,2	3,2	2,9
Dívida Interna	17 246,1	24 191,2	24 183,0	26 792,7	26 504,0	1,8	2,4	2,1	2,1	1,8
Dívida Externa	12 457,2	13 131,8	11 931,8	14 439,8	16 100,0	1,3	1,3	1,1	1,1	1,1
4. Transferências Correntes	25 619,6	28 644,8	28 644,8	31 458,0	33 686,6	2,7	2,8	2,5	2,5	2,3
5. Subsídios	1 063,5	1 112,9	1 180,0	1 200,0	1 250,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
6. Outras Despesas Correntes	411,6	936,5	950,0	1 250,0	1 450,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
7. Exercícios Findos	173,1	1 281,5	1 100,0	1 050,0	1 200,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
8. Despesas de Capital	258,8	376,6	350,0	542,2	584,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9. Despesa Corrente Primari (1+2+4+5+6+7)	165 840,8	190 649,1	192 730,9	216 763,7	244 324,8	17,2	18,7	17,0	17,0	16,7
10. Despesa de Funcionamento (3+8+9)	195 802,9	228 348,7	229 195,7	258 538,4	287 513,0	20,3	22,4	20,2	20,3	19,6
11. Investimento Interno	44 718,8	29 585,0	16 448,0	20 200,0	33 723,2	4,6	2,9	1,5	1,6	2,3
12. Despesas de Investimento	70 235,4	70 991,7	66 773,2	80 342,0	99 656,5	7,3	7,0	5,9	6,3	6,8
12. Operações Financeiras	46 140,0	46 041,9	49 717,4	62 688,0	66 926,0	4,8	4,5	4,4	4,9	4,6
13. Despesas Totais incl. OF (10+11+12)	312 178,3	345 382,3	345 686,2	401 568,4	454 095,5	32,3	33,9	30,5	31,5	31,0

Fonte: Mapa Fiscal 2021-2023
*Sem mais valia

85. Conforme se depreende da tabela, as Despesas de Funcionamento continuarão a ocupar a maior proporção da Despesa Pública em 2021 prevendo-se cerca de 20,2% do PIB, com uma tendência de redução deste agregado durante o triénio (19,6%) em 2023, seguindo-se as Despesas de Investimento e as Operações Financeiras, com 5,9% PIB e 4,4% PIB em 2021, respectivamente. As projecções indicam uma tendência de crescimento das despesas de investimento durante o período do cenário fixando-se em 6,8% PIB em 2023.

86. As despesas com salários e remunerações, situam-se em 11,7% do PIB para 2020, e prevê-se uma redução a médio prazo (10,8% em 2023). Esta tendência está relacionada com a limitação das admissões de funcionários para administração pública no qual privilegia-se a mobilidade de quadros e como resultado da consolidação fiscal.

87. As despesas de investimento poderão cair em torno de 1,1pp de 2020 para 2021. E com uma recuperação para 2022. Esta tendência de queda é resultado da Conjuntura Internacional que resulta no fraco investimento na Economia Nacional que tem um grande impacto negativo na arrecadação das receitas.

4.3. Equilíbrio Orçamental

88. A tabela abaixo mostra o Mapa de Equilíbrio Orçamental constituído por recursos totais que serão utilizados para a realização das despesas do Estado, no período de 2021-2023. Para garantir a estabilidade económica e, assegurar a sustentabilidade do financiamento das despesas públicas, é fundamental o alcance do equilíbrio orçamental. Este traduz-se na capacidade de financiamento das despesas públicas através dos recursos totais do Estado.

89. Como se pode verificar, o princípio de equilíbrio orçamental está salvaguardado, diante da igualdade do montante total de recursos e do total de despesa pública.

Tabela 7: Mapa de Equilíbrio Orçamental

Em Milhões de Meticais	2019	2020	2021	2022	2023	2019	2020	2021	2022	2023
	CGE	LEI	Projeção			CGE	LEI	Projeção (em % do PIB)		
Total de Recursos	302 279,0	345 382,3	345 686,2	401 568,4	454 095,5	31,3	33,9	30,5	31,5	31,0
Recursos Internos	256 059,7	278 375,2	290 799,0	325 826,4	369 562,2	26,5	27,3	25,6	25,6	25,2
Receita do Estado	222 239,9	235 590,0	262 301,0	298 697,6	344 894,8	23,0	23,1	23,1	23,4	23,5
Credito Interno	28 545,8	28 510,8	28 498,0	27 128,8	24 667,4	3,0	2,8	2,5	2,1	1,7
Saldos Transitados de Mais-Valias	5 274,0	14 274,4	-	-	-	0,5	1,4	0,0	0,0	0,0
Recursos Externos	46 219,3	67 007,1	54 887,3	75 742,0	84 533,4	4,8	6,6	4,8	5,9	5,8
Donativos	9 327,9	31 033,7	22 575,8	24 738,1	26 883,7	1,0	3,0	2,0	1,9	1,8
Credito Externo	36 891,4	35 973,4	32 311,5	51 004,0	57 649,7	3,8	3,5	2,8	4,0	3,9
Total de Despesas incl. Ope. Financ	302 279,0	345 382,3	345 686,2	401 568,4	454 095,5	31,3	33,9	30,5	31,5	31,0
Despesas de Funcionamento	195 802,9	228 348,7	229 195,7	258 538,4	287 513,0	20,3	22,4	20,2	20,3	19,6
Despesas de Investimento	70 235,4	70 991,7	66 773,2	80 342,0	99 656,5	7,3	7,0	5,9	6,3	6,8
Investimento Interno	44 718,8	29 585,0	16 448,0	20 200,0	33 723,2	4,6	2,9	1,5	1,6	2,3
Investimento externo	25 516,6	41 406,7	50 325,2	60 142,0	65 933,4	2,6	4,1	4,4	4,7	4,5
Operações Financeiras	46 140,0	46 041,9	49 717,4	62 688,0	66 926,0	4,8	4,5	4,4	4,9	4,6

Fonte: Mapa Fiscal 2021-2023

V. AFECTAÇÃO DE RECURSOS

90. A conjuntura económica do País provocada por factores internos e externos coloca grandes desafios a nível do Orçamento de Estado (maior arrecadação de receitas e racionalização das despesas) e da programação a médio prazo. Deste modo, surge a necessidade de fortalecer a ligação entre afectação de recursos e os resultados que se pretendem alcançar.

91. Neste contexto, a afectação de recursos para a realização das despesas no triénio 2021-2023, será orientada com vista ao alcance e manutenção de um equilíbrio orçamental sustentável a médio prazo, priorizando os sectores económicos e sociais, **com enfoque na geração de emprego**, tomando como base as suas acções estratégicas sectoriais definidas no PQG 2020-2024.

92. Para o presente CFMP foram utilizados os seguintes critérios:

Para o nível Central, a afectação de recursos priorizou:

- ✓ As acções estratégicas sectoriais, definidas no âmbito do PQG 2020-2024 por forma a assegurar o cumprimento das suas metas;
- ✓ Os sectores económicos e sociais, que providenciam serviços básicos a população (Saúde, Educação, Acção social, Água e saneamento e Justiça) e as áreas com potencial para gerar novas dinâmicas económicas e produtivas, bem como rendimentos adicionais a curto e médio prazo (Agricultura, Infra-estruturas, Energia, Transporte e Comunicações);
- ✓ Outras acções sectoriais para o cumprimento dos planos estratégicos sectoriais.

Para o nível Provincial: a fixação de limites toma como base a análise situacional tendo em conta, o número de habitantes da província com um peso de 60%, a área territorial com 15% e o índice de pobreza com peso de 25%.

Tabela 8: Critérios de Afecção de Recursos

Provincia	População - 60%			Índice de Pobreza - 25%			Superfície - 15%		
	População*	Peso	60%	Índice de Pobreza	Peso	25%	Superfície	Peso	15%
Niassa	1,810,794	6.8%	4.1%	39%	13.5%	3.4%	129,056	16.2%	2.4%
Cabo Delgado	2,320,261	8.7%	5.2%	35%	12.2%	3.0%	82,625	10.3%	1.6%
Nampula	5,758,920	21.5%	12.9%	42%	14.6%	3.6%	81,606	10.2%	1.5%
Zambézia	5,164,732	19.3%	11.6%	42%	14.6%	3.6%	105,008	13.1%	2.0%
Tete	2,648,941	9.9%	5.9%	36%	12.5%	3.1%	100,724	12.6%	1.9%
Manica	1,945,994	7.3%	4.4%	25%	8.7%	2.2%	61,661	7.7%	1.2%
Sofala	2,259,248	8.4%	5.1%	32%	11.1%	2.8%	68,018	8.5%	1.3%
Inhambane	1,488,676	5.6%	3.3%	24%	8.3%	2.1%	68,615	8.6%	1.3%
Gaza	1,422,460	5.3%	3.2%	9%	3.1%	0.8%	75,709	9.5%	1.4%
Maputo Província	1,968,906	7.3%	4.4%	4%	1.4%	0.3%	26,058	3.3%	0.5%
Total **	26,788,932	100%	60%	288%	100%	25%	799,080	100%	15%

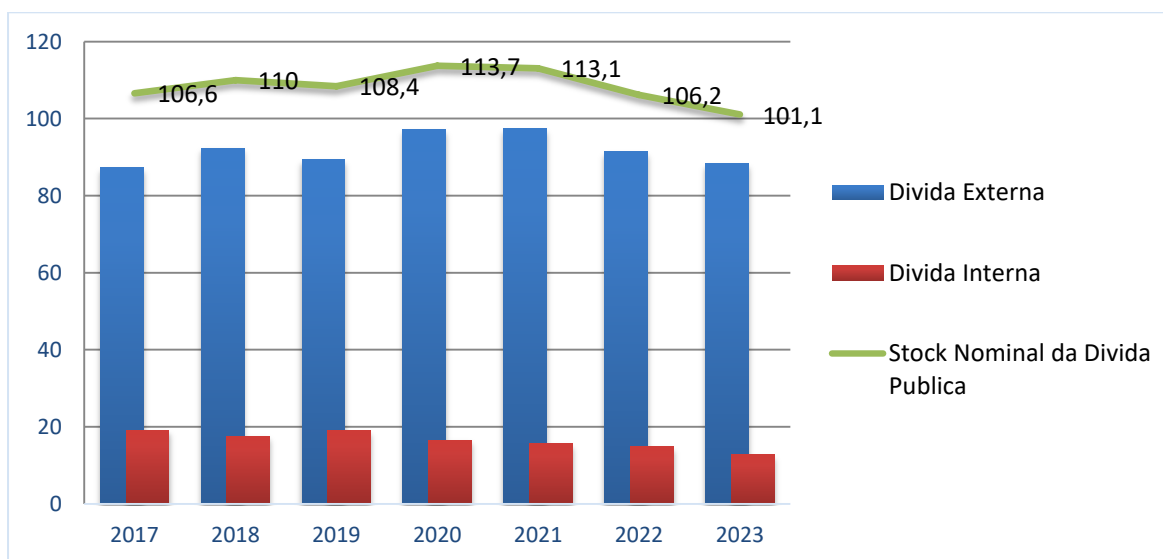
* Dados do Censo 2017

** Exclui Cidade de Maputo

VI. DÍVIDA PÚBLICA

93. A dívida Pública continua sendo composta maioritariamente pela dívida externa, que representa 80% do total da dívida pública, correspondente a 63% do PIB e pela dívida interna que representa 20% da dívida pública total e 16% do PIB. Assim sendo, nos últimos anos, Moçambique foi classificado como um país em situação de sobre endividamento (*debt distress*), uma vez que, os resultados dos indicadores da sustentabilidade encontrarem-se acima dos limites recomendados.

Gráfico 9: Dívida Pública



Fonte: Autoridades moçambicanas; e cálculos e projecções da equipe do FMI

94. Os resultados da Análise de Sustentabilidade da Dívida demonstram a necessidade de fortalecimento dos indicadores macroeconómicos para o reforço da estabilidade, como seja, a recuperação e diversificação da economia, o aumento das receitas das exportações e o fortalecimento do processo de selecção, avaliação, implementação e monitorização de projectos de investimento público financiados por via da dívida.

Tabela 9: Indicadores de Sustentabilidade

Indicadores de Sustentabilidade	Limiares de Sustentabilidade	2019	2020	2021	2022	2023
Dívida/PIB	40	80.9	85.9	84	78	73.5
Dívida/Exportações	150	164.9	233.2	180	171.3	146.8
Seviço da Dívida/Exportações	20	10.8	9.6	10.7	10.4	10.1
Seviço da Dívida/Receita	30	31.9	37	37.7	33.5	28.8
Dívida/Receitas	250	265.6	303.9	285.2	264.9	249.7

Fonte: Autoridades moçambicanas; e cálculos e projecções da equipe do FMI

VII. RISCOS PARA O CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO 2021 – 2023

95. As projecções de crescimento económico, de receitas e de despesas públicas do presente CFMP (2021 – 2023) estão susceptíveis a alterações em resultado da dinâmica económica nacional e internacional que pode levar ao ajustamento dos principais pressupostos e a alteração da postura da política fiscal no médio prazo. Neste sentido, é fundamental a avaliação dos potenciais riscos ao presente CFMP.

96. Na elaboração de um cenário de previsões orçamentais é importante a consideração de potenciais choques, tanto internos como externos, por forma a criar condições para que a política orçamental possa amortecer os efeitos das flutuações económicas e assim aumentar a resiliência da economia à choques.

A tabela abaixo apresenta o resumo dos principais riscos macro fiscais perspectivados para o CFMP 2021-2023.

Tabela 10: Riscos Macro Fiscais e Medidas de Mitigação

Tipos de Risco	Consequências	Medidas de mitigação
Económicos		
Sustentabilidade da Dívida Pública	Aumento de incertezas quanto ao financiamento interno Aumento da necessidade de arrecadação de receitas Aumento dos níveis de endividamento interno e externo Queda da capacidade de investimento do sector privado	Implementação da estratégia de gestão da dívida pública. Contenção dos níveis de despesa pública Prioridade de investimento público em áreas produtivas
Desastres naturais (ciclones, chuvas e seca...)	Quebra na produção interna, sobretudo na agricultura Refreamento da taxa de crescimento	Tornar o sector da agricultura resiliente através de sementes mais resistentes aos eventos climáticos Infraestruturas resilientes
Aceleração da inflação	Excesso de procura de divisas decorrente do agravamento do défice da conta corrente Aumento da expectativa de pressão inflacionária devido ao choque da oferta	Política Fiscal e Monetária mais conservadora
Choque Cambial	Maiores custos de produção para os sectores que dependem da importação de matéria prima	Política Fiscal e Monetária mais conservadora
Volatilidade dos preços das <i>commodities</i> no mercado internacional	Queda na produção de carvão, alumínio	Diversificar a economia estimular a indústria de semi-processamento
Riscos Epidemiológicos	Impacto negativo no crescimento económico Crescimento da despesa pública Desemprego e crescimento dos segmentos em situação de vulnerabilidade	Medidas de prevenção Políticas de apoio aos segmentos mais vulneráveis

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

97. A Economia do país tem estado a abrandar nos últimos anos (2016-2020), reflectindo os vários choques externos e internos e os constrangimentos ao crescimento potencial da economia moçambicana, nomeadamente a baixa produtividade dos sectores produtivos, o crescimento demográfico e o fraco investimento, que não tem estado a contribuir para repor o *stock* de capital e o rácio do investimento no PIB.
98. Os constrangimentos acima referidos têm conduzido a economia para uma situação em que se verifica um baixo contributo das exportações líquidas e a moderação da expansão da procura interna, em particular do consumo privado que tem um peso significativo no PIB. No entanto, a trajectória das projecções indica que a médio prazo a economia vai convergir para o seu potencial de crescimento entre 6% a 7% PIB.
99. Tendo em conta o acima exposto, a gestão de Finanças Públicas deverá no médio prazo (2021-2023), manter o processo de consolidação fiscal em curso (aumentando os níveis de arrecadação de receita e racionalização da despesa pública, melhorando a qualidade da despesa) e reduzir a dívida pública para níveis próximos e/ou inferiores a 100%, de modo a que o peso da despesa no PIB seja feito num quadro de um crescimento económico crescente, sem colocar em causa os programas sociais e o financiando ao investimento e ao desenvolvimento do país.
100. É importante referir que o cenário macroeconómico apresentado neste documento foi feito num contexto em que o cenário internacional é marcado por um conjunto amplo de incertezas de natureza económica relacionados aos impactos do COVI-19 o que tornam qualquer exercício de projecção particularmente difícil, sendo Moçambique um país vulnerável aos choques externos. Deste modo os dados aqui apresentados estão sujeitos a actualizações.